



ESCOLA DE  
HUMANIDADES

# EDUCAÇÃO POR ESCRITO

Educação por escrito, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 1-16, jan.-dez. 2025  
e-ISSN: 2179-8435

<http://dx.doi.org/10.15448/2179-8435.2025.1.45255>

NOVO ENSINO MÉDIO

## O ensino de Ciência Política no Novo Ensino Médio e seu desenvolvimento nas competências e habilidades da área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no PNL D de 2021

*The teaching of Political Science in the New High School and its development in the skills and competencies of the area of Applied Human and Social Sciences in the PNL D of 2021*

**Carla Rocha Vandanezi Alvim<sup>1</sup>**

[orcid.org/0009-0002-1587-3368](https://orcid.org/0009-0002-1587-3368)  
[carlavandanezi@gmail.com](mailto:carlavandanezi@gmail.com)

**Rafaela Reis Azevedo de Oliveira<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0001-6093-8517](https://orcid.org/0000-0001-6093-8517)  
[rafareis2001@yahoo.com.br](mailto:rafareis2001@yahoo.com.br)

**Recebido em:** 08 out. 2023.

**Aprovado em:** 27 out. 2025.

**Publicado em:** 19 dez. 2025.

**Resumo:** Este trabalho busca examinar como o ensino de Ciência Política se desenvolve nas competências e habilidades da área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) previstas no PNL D de 2021, no cenário instaurado após a reforma do Ensino Médio. A referida reforma, conhecida como Novo Ensino Médio, foi estabelecida na Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que promoveu alterações na LDB. Essa legislação introduziu uma mudança expressiva na estrutura curricular do Ensino Médio, ao definir uma organização flexível e articulada à uma nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2018. Nesse contexto, a Sociologia, disciplina à qual o ensino de Ciência Política está vinculado, deixa de ser ofertada de forma isolada e passa a ser integrada às demais disciplinas no interior da área das CHSA. Trata-se de um conjunto de mudanças que suscita a preocupação de um possível afastamento entre os estudantes e os conteúdos específicos da Ciência Política, considerando que esse ensino oferece uma contribuição relevante para a compreensão das relações sociais e das ações políticas, por meio da construção dos conhecimentos sociológicos e do fortalecimento da formação científica dos jovens na contemporaneidade. A pesquisa adota um marco teórico de abordagem qualitativa e mobiliza a análise de conteúdo (Lüdke; André, 1986) aplicada a documentos oficiais, páginas institucionais governamentais e referências bibliográficas de interesse. Além disso, contempla a avaliação da obra didática da Editora Moderna, produzida no âmbito do PNL D de 2021, que apresenta propostas voltadas ao desenvolvimento de competências e habilidades próprias das CHSA.

**Palavras-chave:** Ensino de Ciência Política. Novo Ensino Médio. PNL D de 2021. Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

**Abstract:** This study seeks to examine how the teaching of Political Science develops the competencies and skills in the area of Applied Humanities and Social Sciences (CHSA) provided for in the 2021 PNL D, in the scenario established after the reform of Secondary Education. This reform, known as Novo Ensino Médio (New Secondary Education), was established by Law No. 13,415 of February 16, 2017, which promoted changes to the LDB (Brazilian Education Law). This legislation introduced a significant change in the high school curriculum structure by defining a flexible organization linked to a new National Common Core Curriculum (BNCC) of 2018. In this context, Sociology, the discipline to which Political Science teaching is linked, is no longer offered in isolation and is now integrated with other disciplines within the CHSA area. This set of changes raises concerns about a possible disconnect between students and the specific content of Political Science, considering that this discipline offers a relevant contribution to the understanding of social relations and political actions, through the construction of sociological knowledge and the strengthening of the scientific education of young people in contemporary times. The research adopts a qualitative theoretical framework and uses content analysis (Lüdke; André, 1986)



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Minas Gerais, Brasil.

applied to official documents, government institutional websites, and relevant bibliographic references. In addition, it includes an evaluation of the educational work of Editora Moderna, produced within the scope of the 2021 PNLD, which presents proposals aimed at developing competencies and skills specific to CHSA.

**Keywords:** Teaching Political Science. New High School. 2021 PNLD. Applied Human and Social Sciences.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo examinar como o ensino de Ciência Política se desenvolve nas competências e habilidades da área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) previstas no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2021, no cenário instaurado após a reforma do Ensino Médio.

Nos currículos dessa etapa, o ensino de Ciência Política está vinculado à disciplina escolar de Sociologia, e este estudo parte do entendimento de que ambos oferecem uma contribuição relevante para a compreensão das relações humanas e das ações políticas, por meio da construção dos conhecimentos sociológicos e do fortalecimento da formação científica dos jovens na contemporaneidade. Além disso, carregam um papel formativo essencial ao promover a consciência cidadã, a valorização do bem comum e o desenvolvimento do senso de coletividade, podendo se constituir em um instrumento de emancipação social dos jovens e, em sentido ampliado, do país.

Para a condução da pesquisa, o percurso teórico-metodológico teve início com o estudo e a leitura de artigos científicos publicados em periódicos e revistas *online*. Esses materiais forneceram aportes, *insights* e discussões pertinentes sobre a reforma do Ensino Médio, contribuindo para o aprofundamento da revisão de literatura sobre o tema. Em seguida, por intermédio da análise de conteúdo proposta por Menga Lüdke e Marli André (1986), foi realizada uma análise de documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC), com o propósito de compreender a trajetória da Ciência Política ao longo dos anos na educação básica brasileira. Essa técnica de

análise interpretativa possibilita processos de observação, exploração de bibliografias e análises de documentos, permitindo identificar, assinalar e classificar, de forma pragmática, os elementos necessários ao desenvolvimento da pesquisa. De acordo com as autoras, a análise de conteúdo constitui um procedimento capaz de produzir inferências válidas e replicáveis a partir dos dados, considerando o seu contexto de produção (Lüdke; André, 1986).

Ademais, foi analisada a obra didática da Editora Moderna, intitulada *Identidade em Ação: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (Karnal *et al.*, 2020), composta por seis volumes e elaborada no âmbito do PNLD de 2021. O conjunto apresenta propostas formativas da área das CHSA e foi selecionado como objeto de investigação para examinar de que maneira o ensino de Ciência Política foi mobilizado no componente curricular de Sociologia.

## 2 A TRAJETÓRIA DA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA E DO ENSINO DE CIÊNCIA POLÍTICA NO ENSINO MÉDIO: O QUE APONTAM OS DOCUMENTOS OFICIAIS?

A disciplina de Sociologia na educação básica é composta por três áreas constitutivas – Antropologia, Sociologia e Ciência Política – que se articulam de modo complementar, de forma que seus conhecimentos específicos se conectam com intenção de tonificar as relações de força para a permanência e a conservação dos seus conteúdos no currículo. No entanto, com a promulgação da Lei n. 13.415<sup>2</sup>, de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017), que instituiu a reforma do Novo Ensino Médio, promoveu alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), resultando uma mudança expressiva na configuração curricular desta etapa de ensino.

Dentre as mudanças implementadas, destinou-se a organização das disciplinas por áreas do conhecimento. Nesse arranjo, a Sociologia, que incorpora os conteúdos de Ciência Política,

<sup>2</sup> Lei sancionada pelo presidente da República, em exercício na época, Michel Temer.

passou a compor a área das CHSA, juntamente com a Filosofia, a História e a Geografia. Essa reestruturação se orienta pelo desenvolvimento de competências e habilidades<sup>3</sup> previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio (Brasil, 2018), aprovada em dezembro de 2018.

Cumprir destacar que a reforma do Novo Ensino Médio instituiu a obrigatoriedade de apenas três disciplinas em todos os anos de curso: Língua Portuguesa, Matemática e Inglês. A Sociologia, por exemplo, deixou de integrar o conjunto obrigatório, sendo definida como "estudos e práticas obrigatórias". Além disso, a reforma estabeleceu a Formação Geral Básica (FGB), com carga mínima de 1.800 horas destinadas ao desenvolvimento de competências e habilidades previstas na BNCC (Brasil, 2018). Já os itinerários formativos devem totalizar, no mínimo, 1.200 horas, oferecendo aos estudantes diferentes possibilidades de escolha ao longo de sua trajetória escolar.

Embora o Novo Ensino Médio represente a mudança mais recente, o percurso da disciplina de Sociologia e, por consequência, o ensino de Ciência Política é amplo e atravessado por sucessivas alterações e orientações estabelecidas em documentos oficiais do sistema educacional brasileiro. A seguir, destacam-se alguns marcos importantes dessas trajetórias.

A começar pela LDB n. 9.394<sup>4</sup>, de 20 de dezembro de 1996, cujo artigo 36 indicava que, ao final do Ensino Médio, o estudante deveria demonstrar domínio de conhecimentos de Sociologia e Filosofia necessários ao exercício da cidadania (Brasil, 1996). Desde então, a Sociologia passou a ser frequentemente associada à formação cidadã dos estudantes, ainda que essa função não seja exclusiva da disciplina, mas compartilhada por todo o conjunto curricular.

Em 2000, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (Brasil, 1999, 2000) destinados a essa etapa de ensino ampliaram as diretrizes estabelecidas pela LDB, ao definir orientações

específicas por disciplina com o propósito de difundir os princípios da reforma curricular da época e orientar professores nas abordagens pedagógicas e metodológicas. No documento, o ensino de Sociologia no Ensino Médio passou a contemplar a introdução dos conteúdos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades consideradas adequadas ao perfil do estudante.

Ao ensino de Ciência Política foi atribuída a necessidade da ampliação de compreensão do conhecimento político para além de uma formação cidadã, concebendo-o também como um processo de tomada de decisões coletivas presentes nas relações sociais e nos diferentes fatores sociais que as estruturam. Nesse âmbito, coube-lhe a competência e habilidade de

[...] construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena no contexto do Estado de Direito, atuando para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e também entre os diferentes grupos (Brasil, 1999, p. 43).

Sob essa perspectiva, a contribuição conceitual e metodológica da Ciência Política, torna-se imprescindível para a construção da identidade social e política dos estudantes, de modo a possibilitar o exercício da cidadania plena.

No estudo em que André Rocha Santos (2016) examina a presença da Ciência Política no Ensino Médio, a partir da análise dos documentos oficiais, verifica-se que os PCN tratam o estudo da política como um elemento que deve estar presente no cotidiano dos estudantes, favorecendo reflexões sobre as relações de poder que estruturam o contexto social brasileiro. Essa concepção considera tanto as dinâmicas que se manifestam em instituições como escola, trabalho, família etc. quanto os modos pelos quais a política incide na vida das pessoas enquanto meio de participação na sociedade. Santos também assinala que o do-

<sup>3</sup> Conforme a BNCC, "competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos)" e as "habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho" (Brasil, 2018, p. 8).

<sup>4</sup> Lei sancionada pelo presidente da República em exercício na época, Fernando Henrique Cardoso.

cumento elenca conceitos e temas fundamentais da Ciência Política, entre eles *Estado, relações de poder e trabalho e cultura*, sugeridos como referências para orientar o trabalho docente em sala de aula.

Poucos anos depois, em 2002, as Orientações Educacionais Complementares aos PCN (PCN+) (Brasil, 2002) foram elaboradas como material de apoio aos professores. Para a Sociologia, o documento elegeu outro conceito estruturador para a construção dos paradigmas teóricos e metodológicos da política: a *cidadania*. As propostas pedagógicas apresentadas se concentraram na relação política-sociedade, com a finalidade de ampliar o repertório político dos estudantes. Nesse arranjo, ao abordar os conteúdos políticos como parte das experiências cotidianas dos indivíduos, os PCN+ permitiam uma compreensão mais geral das relações de poder que perpassam as relações sociais nas instituições (Santos, 2016).

Nas Orientações Curriculares Nacionais-Sociologia (OCN-Sociologia) de 2006, por sua vez, a disciplina passou por alterações que apontaram para um possível distanciamento entre conteúdos, professor e estudante, decorrente de uma perspectiva liberal de neutralidade da educação. A abordagem metodológica se baseou em conceitos da Sociologia como ciência, *desnaturalização e estranhamento*, para adequar termos de linguagem, objetos e temas das Ciências Sociais de acordo com a fase de aprendizagem dos estudantes na educação básica. No entanto, recorreu-se ao procedimento da "diversidade teórica", que permite apresentar diversas correntes como forma de justificar uma postura neutra, sem a necessidade de tomada de posição.

Entende-se que esse duplo papel da Sociologia como ciência – desnaturalização e estranhamento dos fenômenos sociais – pode ser traduzido na escola básica por recortes, a que se dá o nome de disciplina escolar. [...] Deve haver uma adequação em termos de linguagem, objetos, temas e reconstrução da história das Ciências Sociais para a fase de aprendizagem dos jovens – como de resto se sabe que qualquer discurso deve levar em consideração o público-alvo (Brasil, 2006, p. 107).

A diversidade de enfoques teóricos permite-lhe entender que um fenômeno social não tem apenas uma explicação, podendo ter várias, na medida em que existem diversas abordagens teóricas de um mesmo fenômeno (Brasil, 2006, p. 124-125).

Por outro lado, a proposta apresenta vantagens e desvantagens de um ou outro recorte programático, oferecendo sugestões metodológicas de ensino e uma breve discussão sobre os recursos didáticos. Ainda, ressalta o respeito à liberdade pedagógica e ao estímulo à criatividade dos professores, elementos fundamentais para o processo de consolidação da Sociologia no currículo do Ensino Médio.

Em 2008, com a promulgação da Lei n. 11.684<sup>5</sup> (Brasil, 2008), a Sociologia se tornou obrigatória no Ensino Médio, fruto de um extenso processo constituído por sucessivas interseções em documentos oficiais e pela continuidade de seus conteúdos na formação escolar brasileira. No que se refere ao ensino de Ciência Política, vinculado à disciplina, cabem as análises dos fenômenos políticos, econômicos, sociais e culturais, oferecendo uma contribuição relevante para a compreensão das dinâmicas que estruturam as relações humanas.

Até o momento, considerando o percurso delineado, observa-se que a presença da Sociologia e, por consequência, do ensino de Ciência Política no Ensino Médio brasileiro tem sido marcada por intensas reformulações normativas, redefinições conceituais e disputas curriculares que tensionam seu lugar na formação escolar. Ademais, esse balanço preliminar evidencia que seu ensino se configura como um instrumento relevante para a construção dos conhecimentos sociológicos e para fortalecer a formação científica dos jovens na vida moderna.

Em síntese, a disciplina é capaz de oferecer ao estudante subsídios para uma análise da realidade social, atribuída de

[...] um conjunto de noções básicas e operativas capazes de dar ao aluno uma visão não estática nem dramática da vida social [...] estimulando o espírito crítico e a vigilância intelectual que são social e psicologicamente úteis, desejáveis

<sup>5</sup> Lei sancionada pelo vice-presidente da República, em exercício na época, José Alencar.

e recomendáveis numa era que não é mais de mudança apenas, mas de crise, crise profunda e estrutural (Fernandes, 1958 *apud* Pereira, 2018, p. 113-114).

apresentamos, a seguir, um quadro síntese (Quadro 1), organizado em ordem cronológica, que consolida os temas da Ciência Política identificados ao longo dos anos.

Com o intuito de facilitar a leitura dos documentos oficiais e de suas respectivas definições,

**QUADRO 1** – A trajetória da disciplina de Sociologia e do ensino de Ciência Política no Ensino Médio brasileiro

A TRAJETÓRIA DA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA E DO ENSINO DE CIÊNCIA POLÍTICA NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO		
Data	Leis e Documentos	Definições
1996	Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996  Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)	Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes: §1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: III – domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania (Brasil, 1996).
2000	Parâmetro Curricular Nacional (PCN)	"Ao analisar as diferentes abordagens que envolvem a questão da ordem, o educando deverá formar uma opinião política, teoricamente subsidiada, em argumentos, categorias e conceitos. Um outro objetivo é ampliar a concepção de política, entendida como algo também presente no cotidiano, e permitir uma reflexão sobre as relações de poder, que estruturam o contexto social brasileiro atual" (Brasil, 1999, p. 41). Conceitos e temas, como <i>Estado, relações de poder, trabalho e cultura</i> , são sugeridos neste documento como conteúdos de referência.
2002	Orientações Educacionais Complementares aos PCN (PCN+)	As orientações do eixo chamado "Política e Sociedade", que engloba os conhecimentos da Ciência Política, é subdividido em quatro partes: 1. "Políticas e Relações de Poder"; 2. "Política e Estado"; 3. "Política e Movimentos Sociais"; e 4. "Política e Cidadania". Cada um é tratado, respectivamente, das relações de poder e ações políticas no cotidiano, das diferentes formas de Estado, das mudanças sociais e do conceito de <i>democracia e cidadania</i> (Brasil, 2002).
2006	Orientações Curriculares Nacionais-Sociologia (OCN-Sociologia)	"Como parte do currículo, a Sociologia pode ocupar um papel importante de interlocução com as outras disciplinas ou com o próprio currículo como um todo, senão com a própria instituição escolar. [...] muitas vezes se pensa que os 'conhecimentos' da Sociologia possam ser tratados pelas outras disciplinas de modo 'interdisciplinar'. Isso pode constituir um equívoco. Em parte, esse equívoco se deve a uma tendência de reduzir um conhecimento a outro" (Brasil, 2006, p. 111).
2008	Lei n. 11.684, de 2 de junho de 2008	Art. 36. IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio (Brasil, 2008).

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Ao examinar os debates que circunscrevem o ensino de Ciência Política, seus processos, conceitos, conteúdos e habilidades, manifes-

ta-se um caráter heterônomo no âmbito escolar, na medida em que a Sociologia assume a responsabilidade de articular os conteúdos da

Ciência Política em conjunto com seus próprios referenciais conceituais.

### 3 O NOVO ENSINO MÉDIO E A NOVA BNCC

Como mencionado, a Lei da Reforma do Novo Ensino Médio (Brasil, 2017) alterou os dispositivos da LDB (Brasil, 1996) e estabeleceu uma mudança expressiva na composição curricular desta etapa. Com a introdução de uma organização mais flexível, a Sociologia deixou de apresentar obrigatoriedade de oferta para figurar uma obrigatoriedade de estudos e práticas, tornando-se um itinerário formativo possível.

A previsão de inclusão dessa obrigatoriedade de estudos e práticas na BNCC (Brasil, 2018), não restabeleceu, entretanto, o inciso IV do art. 36 da Lei n. 11.684 (Brasil, 2008), que assegurava a obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio. As novas formulações, *estudos e práticas*, revelam uma escolha terminológica propositalmente mais imprecisa do que os termos *ensino e oferta*, antes atribuídos para os componentes curriculares obrigatórios. Tal mudança, na prática e sem a garantia legal de sua oferta, tende a ampliar a margem de flexibilização do conteúdo humanístico, o que pode resultar em prejuízos ao desenvolvimento intelectual dos estudantes e à consolidação de capacidades analíticas, reflexivas e críticas (Maciel, 2019).

Nas orientações da BNCC, destaca-se a necessidade de que as escolas promovam uma educação comprometida com a formação e o desenvolvimento humano global, abrangendo dimensões intelectuais, físicas, sociais, éticas, morais e simbólicas, por meio de processos e de ações envolvendo a participação das famílias e da comunidade escolar. Reforça-se, igualmente, a importância de contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares conforme o lugar e o tempo em que as aprendizagens se situam, bem como de adotar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas que motivem e engajem os alunos nas aprendizagens.

Na educação básica, é indispensável acompanhar os movimentos e necessidades dos estu-

dantes, de modo a realizar reflexões atualizadas e atividades práticas que valorizem a diversidade de saberes e vivências culturais. Essa perspectiva inclui a promoção do respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, considerando seus saberes, identidades, culturas e potencialidades. Almeja-se, assim, o desenvolvimento do agir pessoal e coletivo pautado pela autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, fundamentado em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (Almeida, 2020).

Para tanto, convém evidenciar a competência específica número 6 da área das CHSA da BNCC, referente às habilidades relacionadas à política, que atribui ao conhecimento político a função de "participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade" (Brasil, 2018, p. 578). Em linhas gerais, trata-se de uma competência que propõe que os estudantes reconheçam a relevância da política na vida pública, discutam a natureza e as funções do Estado, analisem o papel de diferentes sujeitos e organismos no funcionamento social e interpretem experiências políticas à luz de conceitos políticos básicos.

No decorrer desse processo formativo, a política passa a ser compreendida como uma ferramenta de debate de ideias, que exige o respeito aos diferentes posicionamentos em uma dada sociedade e o reconhecimento do debate público como espaço orientado pela liberdade, pela autonomia e pela consciência crítica.

Apesar disso, a BNCC incentiva o desenvolvimento de múltiplas competências por meio de um trabalho interdisciplinar e transversal, no qual a Sociologia deve disputar e ocupar um lugar estratégico para aproximar seus conteúdos da realidade social dos estudantes. Quando essa aproximação ocorre, a disciplina pode favorecer a formação de sujeitos capazes de atuar como agentes produtores, realizadores e participantes

da geração de seu próprio conhecimento e da sociedade, mostrando-se capaz de guiá-los para a ressignificação da escola e dos processos de aprendizagem em seus cotidianos.

### 3.1 As possíveis consequências das mudanças promovidas pelo Novo Ensino Médio

Promovida no governo de Michel Temer (2016-2018), a Reforma do Ensino Médio, inicialmente apresentada pela Medida Provisória (MP) n. 746, de 22 de setembro de 2016 (Brasil, 2016), e posteriormente convertida na Lei n. 13.415 (Brasil, 2017), foi concebida em articulação com as diretrizes estabelecidas pela BNCC.

Cabe destacar, contudo, que as discussões sobre a reestruturação dessa etapa de ensino já vinham sendo conduzidas no governo anterior, da então presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), especialmente no âmbito da Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada à promoção de Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio (CEENSI), responsável pela tramitação do Projeto de Lei (PL) n. 6.840 (Brasil, 2013). Embora guardem pontos de convergência, ambas as propostas, formuladas nos governos Dilma e Temer, apresentam singularidades, sobretudo no que se refere à educação de tempo integral, à divisão dos itinerários formativos e à concepção de interdisciplinaridade.

O PL 6840/13 foi amplamente debatido e passou por várias audiências públicas e devido à grande contraposição de parte da classe política e de entidades da Sociedade Civil, o projeto acabou não sendo encaminhado para votação no governo de Dilma Rousseff. Com o processo de impeachment e a consequente posse de Michel Temer, novos encaminhamentos visaram atender aos anseios de grupos de interesse (sobretudo da educação privada) que solicitavam a aprovação das mudanças no Ensino Médio (Corti, 2019). A Reforma foi inicialmente implementada por meio de uma Medida Provisória (MP746/16), medida considerada autoritária (Corti, 2019; Ferretti, 2018; Ferreira, Santana, 2018), tendo em vista que uma reforma de amplas proporções deveria ter sido amplamente discutida com educadores, professores, gestores e pesquisadores, antes de ser aprovada (Bodart; Feijó, 2020, p. 224).

documento foi homologado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em abril de 2018 e aprovado em dezembro do mesmo ano, após passar por três versões. As duas primeiras foram caracterizadas pela ampla participação de diversos representantes da sociedade civil, entidades e universidades, que apresentaram os componentes curriculares com suas especificidades teórico-metodológicas. A terceira versão, todavia, rompeu de modo significativo com as propostas anteriores, alinhando-se diretamente com a reforma do Ensino Médio de aprovação, e reforçando a ideia de um currículo estruturado por competências e pela interdisciplinaridade (Bodart; Feijó, 2020).

Do ponto de vista dos dirigentes do MEC, a urgência dessa reforma se justificaria pela necessidade de destravar as barreiras que impedem o crescimento econômico do país. Nessa perspectiva, a educação surge como um fator importante para a retomada do desenvolvimento, visto que o investimento em capital humano potencializa a produtividade e eleva as condições de competitividade do Brasil no mercado internacional (Motta; Frigotto, 2017).

Motta e Frigotto (2017) relacionam a reforma do Ensino Médio à lógica do investimento em capital humano como motor de desenvolvimento econômico, na medida em que a formação humana é concebida sob a concepção capitalista, isto é, voltadas às demandas do mercado e ao aprimoramento de conhecimentos considerados úteis para impulsionar a produtividade.

Nesse contexto, embora seja justificada pela modernização da estrutura curricular e da nação, inserida na lógica da globalização neoliberal que investe em meras formações de força de trabalho, a reforma se configura como um projeto de preparação de jovens para ocupações subordinadas, com baixa remuneração e sem qualificação adequada para competir do mercado internacional, objetivando apenas impulsionar a produtividade dos setores econômicos.

Essa ênfase em conhecimentos úteis voltados à produtividade econômica ainda retira a obrigatoriedade de disciplinas fundamentais

Em relação à BNCC para o Ensino Médio, o

na formação dos jovens, como forma de alterar o currículo sobrecarregado, modernizando-o e flexibilizando-o por áreas de conhecimento. No entanto, tal concepção reduz o que é considerado "útil" somente ao que atende às demandas do mercado de trabalho, reforçando um desenvolvimento dependente e desvalorizado, afastando o estudante da formação científica e dos saberes científicos.

Diante desse cenário, é importante dizer que o Novo Ensino Médio atinge, sobretudo, jovens das camadas populares, provenientes das classes mais baixas, de vulnerabilidade social, e matriculados em escolas públicas. Muitos chegam ao mercado de trabalho – quando chegam a concluir o Ensino Médio – e passam a compor as estatísticas da maior taxa de desemprego. Configura-se, assim, a contradição apontada por Motta e Frigotto (2017, p. 362): "a falácia de estimular o Ensino Médio para qualificar para o trabalho depara-se com a falta de emprego no mercado de trabalho para a quase totalidade desses jovens".

#### 4 O ENSINO DE CIÊNCIA POLÍTICA NA ÁREA DAS CHSA PREVISTAS NO PNLD DE 2021

Este tópico foi dedicado à análise do ensino de Ciência Política, vinculado à Sociologia, na área do conhecimento das CHSA por meio da obra didática elaborada pela Editora Moderna<sup>6</sup> orientada para o Ensino Médio. A obra integrou o PNLD7 de 2021, promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades específicas dessa área do conhecimento.

O PNLD é um programa destinado à avaliação e disponibilização de obras didáticas, pedagógicas e literárias, além de outros materiais de apoio à prática educativa, que atende de forma sistemática, regular e gratuita os quatro segmentos da educação básica (Educação Infantil, anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio) nas escolas públicas das redes federal,

estadual, municipal e distrital (Brasil, [201-]).

A obra didática da Editora Moderna, intitulada *Identidade em Ação*, foi selecionada para análise devido ao conhecimento prévio de um de seus autores, Leandro Karnal, e à sua disponibilidade durante o desenvolvimento da pesquisa. O material completo compreendia seis volumes, a saber: Volume 1: *Indivíduo, sociedade e cultura*; Volume 2: *Trabalho e tecnologia*; Volume 3: *Transformações da natureza e impactos socioambientais*; Volume 4: *Política e território*; Volume 5: *Dinâmicas e fluxos*; e Volume 6: *Ética, cidadania e direitos humanos*.

Todos os volumes seguem uma proposta pedagógica, conforme exposto no *site* da editora (Editora Moderna, [202-]), que oferece correção conceitual e segurança aos professores. O conjunto contempla aspectos como cultura digital, protagonismo juvenil e exercício da cidadania, apresenta organização visual que facilita o estudo e o processo de ensino, aborda diferentes pontos de vista acerca de um mesmo tema, favorecendo a construção argumentativa, e desenvolve de maneira articulada os principais conteúdos dos quatro componentes das CHSA: História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

A obra destinada ao Ensino Médio foi elaborada por nove autores: Alice De Martini, Cristina Costa, Eliano Freitas, Felipe De Paula Góis Vieira, Isabela Backx, Leandro Karnal, Luiz Estevam De Oliveira Fernandes, Marcelo Abreu e Rogata Soares Del Gaudio.

##### 4.1 A área das CHSA na obra da Editora Moderna contemplada pelo PNLD de 2021

A obra *Identidade em Ação: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* foi organizada em seis volumes, alinhados à estrutura curricular do Novo Ensino Médio, com o objetivo de promover a interdisciplinaridade e integrar os conteúdos das diferentes áreas do conhecimento, conforme definido pelas competências e habilidades estabelecidas pela BNCC.

<sup>6</sup> Como já abordado, "a Moderna oferece parceria completa para as necessidades de cada escola, com conteúdos, recursos multiplataforma e soluções educacionais completas para desenvolver a formação integral e transformar o futuro dos alunos" (Editora Moderna, [2024?]).

Diante das áreas do conhecimento e suas múltiplas modalidades de sistematização, bem como da formação técnica e profissional delineada pelos itinerários formativos escolhidos pelos estudantes, a área das CHSA almeja aprofundar conhecimentos estruturantes que possibilitem a aplicação de diferentes conceitos em diversos contextos sociais e de trabalho.

Para alcançar esse objetivo, ela propõe arranjos curriculares que permitam explorar estudos sobre relações sociais, modelos econômicos, processos políticos, diversidade cultural, historicidade do universo, do homem e da natureza, entre outros, levando em consideração o contexto local e as possibilidades oferecidas pelos sistemas de ensino (Karnal *et al.*, 2020).

Ao final do Ensino Médio, espera-se que os estudantes tenham adquirido a capacidade de pensar de forma crítica e de abordar sua realidade de maneira a se tornarem protagonistas na construção de seu próprio futuro, considerando suas particularidades e diversidades, e estando preparados para estabelecer diálogos com uma ampla gama de indivíduos e grupos sociais.

Com base na linha de ação publicada no *site* da editora (Editora Moderna, [202-]), ressalta-se a importância de problematizar as seguintes categorias para o desenvolvimento das atividades: *tempo e espaço; territórios e fronteiras; indivíduo, sociedade, cultura e ética; e política e trabalho*. Sendo esta última a mais importante para a pesquisa, destacamos que nela foi sugerida que o indivíduo e a coletividade trabalhem para garantir os meios de vida, além de se organizarem politicamente para que seja efetiva a produção resultante do trabalho.

Assim, a dimensão política é aquela relacionada tanto com a inserção do indivíduo na vida coletiva, sua identificação com grupos e ideias, quanto com a formação das instituições que dão base para a existência de grupos distintos. Cabe ressaltar que as noções de indivíduo e instituição se transformaram e estão em constante dinâmica através da história e, portanto, devem ser analisadas e compreendidas criticamente pelos estudantes no Ensino Médio, propiciando uma visão reflexiva sobre as dimensões privada e pública da vida social. Trabalho é uma categoria cujos sentidos não podem ser resumidos, já que está implicada nas dimensões filosófica,

econômica, sociológica, histórica e geográfica. A reflexão sobre o trabalho e o mundo do trabalho pode ir desde seu aspecto moral até seu lugar na organização e no conflito político, passando pela sua relação com a exploração da natureza (Karnal *et al.*, 2020, p. XI).

Para concluir, importa salientar que os seis volumes que compõem a obra *Identidade em Ação: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* possuem uma estrutura regular, que possibilitam o uso flexível e adaptável a diferentes currículos e realidades escolares no contexto do Novo Ensino Médio. Cada volume apresenta, nas páginas iniciais, os objetivos pedagógicos, as justificativas e as competências e habilidades da BNCC. Além disso, cada livro é organizado em oito capítulos que exploram a temática de diferentes perspectivas dos componentes da área do conhecimento, sendo finalizados com a seção “Coletivo em Ação”, composta por atividades colaborativas que colocam em prática conceitos abordados ao longo do livro.

## 4.2 O ensino de Ciência Política nos volumes de Identidade em Ação: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Nesta seção, foram apresentados os temas e conteúdos mais relevantes levantados nos seis volumes da obra didática *Identidade em Ação: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (Karnal *et al.*, 2020), com foco na abordagem dos conteúdos da Ciência Política dentro da disciplina de Sociologia no Ensino Médio.

### 4.2.1 Volume 1: Indivíduo, sociedade e cultura

Ao analisar o primeiro volume, observamos que a abordagem de temas da Ciência Política é relativamente superficial, com maior ênfase nos conteúdos da Antropologia, também vinculados à Sociologia, e das disciplinas de História e Geografia. Entretanto, no capítulo 4, intitulado “Sociedade, espaço e dinâmicas populacionais” (Karnal *et al.*, 2020, p. 52-74), destacamos as *políticas populacionais* como elemento que integra a Ciência Política aos conteúdos de Geografia

Política.

Os autores descrevem as mudanças geradas pelas políticas populacionais na dinâmica demográfica de determinado país ou região, mostrando como governos, ao longo da história, têm implementado diversas políticas para obter o controle da população. Tais políticas são ajustadas periodicamente, ora para estimular o crescimento populacional por meio de incentivos à natalidade e à imigração, ora para reduzir a taxa de natalidade e controlar a imigração. Assim, a população se torna um componente estratégico nas ações estatais voltadas ao crescimento e à gestão econômica de uma localidade.

Além disso, no capítulo 7, "Dinâmicas da população brasileira" (Karnal *et al.*, 2020, p. 122-142), em um quadro reflexivo denominado "Diversas Óticas", a Ciência Política é abordada na discussão sobre a participação feminina na política. O texto ressalta que, mesmo que as mulheres representam 51,7% da população brasileira e 52,5% do eleitorado, a proporção de mulheres na esfera política ainda é significativamente menor: em 2018, apenas 15% dos parlamentares eleitos para o Congresso Nacional (deputados federais e senadores) eram mulheres, o que evidencia a escassa representação feminina na política nacional.

Para enriquecer o debate, os autores fazem referência aos textos de Beatriz Pedreira (2019), "Precisamos fortalecer a participação de mulheres na política", e de Renato Onofre e Camila Turtelli (2020), "Líderes na Câmara agem para reduzir cotas femininas".

#### 4.2.2 Volume 2: Trabalho e tecnologia

No primeiro capítulo deste volume, "Trabalho: humanização e desumanização" (Karnal *et al.*, 2020, p. 12-23), é apresentada a definição do conceito de *trabalho*, minucioso nas teorias de autores como John Locke (1632-1704), em seu *Segundo tratado sobre o governo*, e de Karl Marx (1818-1883), em *O capital*. Locke destina o *trabalho* a uma mistura humana à coisa trabalhada, quando o indivíduo coloca sua essência em um objeto que é alvo de seu esforço, enquanto Marx

analisa as formas de relação social do trabalho, seu valor e os mecanismos de exploração da mão de obra. Apesar das diferenças nas definições, o material aponta o termo *trabalho* como um "fato da humanidade", não como mero esforço instintivo, mas como ação capaz de transformar o mundo de modo consciente.

Saltando para o capítulo 7, "Trabalho no século XXI" (Karnal *et al.*, 2020, p. 128-141), são abordadas as mudanças nos processos produtivos e nas relações de trabalho contemporâneas, incluindo as transformações ocorridas na economia e na política provocadas pelo avanço da doutrina neoliberal, sobretudo a partir de 1970.

O conteúdo sobre o *trabalho na atualidade* destaca a flexibilidade e as variações nos processos de trabalho, influenciadas pela ideologia neoliberal. Essas mudanças têm contribuído para a degradação da condição humana, uma vez que a automação e o desemprego estrutural intensificam as desigualdades sociais. Ademais, o material denuncia que as decisões políticas e econômicas neoliberais, principalmente políticas educacionais e trabalhistas, provocam ainda mais essas desigualdades.

#### 4.2.3 Volume 3: Transformações da natureza e impactos socioambientais

Neste volume, encontramos, no capítulo 6, "Desenvolvimento sustentável e políticas ambientais" (Karnal *et al.*, 2020, p. 108-128), conteúdos que descrevem os impactos socioambientais gerados pelas atividades humanas, assim como as ações de indivíduos, *movimentos sociais* e instituições de diversas origens para alertar a população e propor condutas de modo a reduzir os danos ao meio ambiente por meio de políticas que favoreçam a construção de sociedades sustentáveis.

Os autores destacam a inserção das questões climáticas globais na agenda política de organizações internacionais e de Estados, mencionando eventos significativos, como a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, no ano de 1972, a Conferência das Partes (Protocolo de Kyoto), em Kyoto, em 1997, e o Acordo de Paris, em Paris, no ano de

2015. Também discutem as políticas ambientais no Brasil, evidenciando diversos avanços ao longo dos anos, mas apontando a persistência de problemas como a falta de consciência ambiental e a ausência de fiscalização, decorrentes da implementação insuficiente de políticas e leis ambientais.

No capítulo 8, "Povos tradicionais, natureza e capitalismo" (Karnal *et al.*, 2020, p. 142-153), são avaliadas as políticas públicas, os direitos e as reivindicações dos povos indígenas. O texto aborda as relações dessas comunidades com o poder público para garantia de seus direitos, frequentemente desrespeitados, e destaca suas forças em movimentos sociais organizados.

#### 4.2.4 Volume 4: Política e território

No quarto volume, encontramos uma variedade de temas e conteúdos relacionados à Ciência Política. Ao longo dos capítulos, são discutidos temas políticos centrais previstos nos documentos oficiais, tais como: 1. "Teorias políticas e o Estado moderno"; 2. "Estados nacionais e nacionalismos"; 3. "Democracia e rupturas no regime democrático"; 4. "Imperialismo e conflitos mundiais"; 5. "A questão do Estado"; 6. "Geopolítica do espaço mundial"; 7. "Política e poder"; 8. "A construção do território e a geopolítica do Brasil".

Autores clássicos e suas obras, como *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel (1469-1527); *Leviatã*, de Thomas Hobbes (1588-1679); *Segundo tratado sobre o governo*, de John Locke; *Discurso sobre a desigualdade* e *O contrato social*, de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778); e *O Espírito das Leis*, de Montesquieu (1689-1755), compõem o repertório dos conteúdos políticos abordados.

Entre os temas centrais, observamos que os autores buscaram enfatizar a importância da *democracia* e os desafios a ela associados, traçando sua trajetória histórica desde sua implementação em Atenas, no século VI a.C., até sua manifestação atual, confrontando-a com a crise da *democracia representativa* que vigora no Brasil. Esta última é descrita por eles da seguinte forma:

[...] todos os cidadãos têm direitos à participação política e à expressão do pensamento, de

associação e reunião. De acordo com o artigo 1º da Constituição Federal brasileira, todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. O povo dispõe de alguns instrumentos assegurados constitucionalmente para exercer diretamente a cidadania (Karnal *et al.*, 2020, p. 53).

Os autores ainda abordam o tema da *cidadania* sob a perspectiva do princípio da "dignidade da pessoa humana", o que implica a proibição de qualquer forma de tratamento discriminatório aos indivíduos, impondo ao poder público o dever da criação de instrumentos que viabilizem o desenvolvimento das pessoas, como o direito à educação de qualidade, saúde, moradia, emprego e alimentação.

No capítulo 5, "A questão do Estado" (Karnal *et al.*, 2020, p. 84-97), são apresentadas diversas concepções teóricas relacionadas ao Estado, incluindo tópicos como Estado, poder e política, o Estado contemporâneo, a relação entre Estado e direitos, os diferentes tipos de Estado e os sistemas de governo. O embasamento para a definição do Estado recorre a duas obras-chave: *Princípios da filosofia do direito*, de Hegel (1770-1831) e *O manifesto comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels (1820-1895).

O texto expõe que a primeira obra concebe o Estado como a instituição responsável por assegurar a liberdade como valor supremo, ocupando uma posição soberana dos indivíduos. Já a segunda obra interpreta o Estado como um instrumento organizado para apaziguar os conflitos entre diferentes classes sociais, caracterizadas pela divisão do trabalho social. Na atualidade, a teoria neoliberal tem predominado, na qual a sociedade civil se torna um complemento do *Estado*, atuando como um espaço de cooperação e estabilidade, e não de confronto.

Em "Política e poder" (Karnal *et al.*, 2020, p. 122-133), o capítulo 7 se refere à *política* como dinâmica do *poder* na vida coletiva e dos indivíduos e na construção de mecanismos e espaços para a resolução de problemas sociais. Os conceitos de *soberania* e *dominação* também estão presentes nessa discussão, que contribuem para o entendimento dos processos decisórios e de or-

ganização política, social e econômica. As teorias de Michel Foucault (1926-1984) são mobilizadas e asseguram o significado de *relações de poder* como algo que ultrapassa todas as esferas do Estado, presentes em todos os níveis da sociedade, criando uma rede hierárquica.

Por fim, referente ao tema dos *movimentos sociais*, os autores referenciam pensadores como Gustave Le Bon (1841-1931), Karl Marx e Max Weber (1864-1920), ressaltando que tais movimentos tendem à ruptura com a ordem anterior e contribuem para a construção de outra, cujos efeitos, dependendo do contexto, podem variar no grau de progresso. Alain Touraine (1925-2023), sociólogo francês da contemporaneidade, por sua vez, enfatiza que os *movimentos sociais* são motores do desenvolvimento da sociedade, na qual existem forças que se afrontam em busca de controle.

#### 4.2.5 Volume 5: Dinâmicas e fluxos

No volume em questão, os temas políticos são interligados aos conteúdos de outras disciplinas da área de conhecimento, como Geografia, História e Filosofia. Destacamos, no capítulo 4, "Integração econômica mundial" (Karnal *et al.*, 2020, p. 72-94), uma questão geopolítica: a influência dos Estados Unidos na mudança do eixo de poder político-econômico mundial. O texto apresenta o processo histórico de formação territorial dos Estados Unidos, onde foram sendo estabelecidas grandes transformações políticas e econômicas significativas. Nesse sentido, foram adotadas políticas de protecionismo de mercado e de incentivo à produção industrial, com sucesso em estabelecer seu domínio econômico e em alterar o eixo do poder político mundial. A análise abrange períodos-chave, como a crise de 1873 e a concentração de capitais, a crise de 1929 e o *New Deal*, proporcionando uma compreensão mais profunda das dinâmicas políticas e econômicas mundiais.

#### 4.2.6 Volume 6: Ética, cidadania e direitos humanos

Neste volume, assim como no quarto, estão

concentrados diversos temas e conteúdos da Ciência Política. Em todos os capítulos, são discutidos temas políticos propostos pelos documentos oficiais, tais como: 1. "Fundamentos da ética e da cidadania"; 2. "Direitos humanos"; 3. "Autoritarismo e populismo na América Latina"; 4. "Ditaduras na América Latina"; 5. "Desigualdades sociais e igualdade de direitos"; 6. "Urbanização e direito à cidade"; 7. "Preconceito, discriminação e violência"; e 8. "Deslocamentos populacionais: desafios e tendências atuais".

No capítulo 1, "Fundamentos da ética e da cidadania" (Karnal *et al.*, 2020, p. 12-25), é destacada a importância da *ética* e da *cidadania* na busca pela melhor maneira de viver em comunidade. Para os autores, isso ocorre porque, em uma comunidade, existem determinados conjuntos de valores a serem seguidos, que fazem o indivíduo medir suas ações em relação às outras pessoas que compartilham de um mesmo conjunto. A ética e a cidadania são entendidas a partir de uma relação íntima e mútua da busca de uma vida boa e da busca pela melhor forma de organização política. Essa relação constitui a condição de um sujeito que faz parte de uma comunidade política e que detém direitos e deveres.

Pulando para o capítulo 5, "Desigualdades sociais e igualdade de direitos" (Karnal *et al.*, 2020, p. 84-97), alinhado à mesma linha de discussão, ainda é abordada a *cidadania*. Os autores traçam, na história, o desenvolvimento da noção dos direitos fundamentais, desde as revoluções inglesas e a Revolução Francesa até os dias atuais. Ao definirem o conceito, partem da reflexão de que "para exercer plenamente a cidadania, uma pessoa deve participar ativamente da vida social e das decisões do governo do local em que vive. Desse modo, ela tem acesso a um conjunto de direitos (civis, sociais e políticos)" (Karnal *et al.*, 2020, p. 88). Quanto ao exercício da cidadania, seria o "direito a ter direitos ou o direito de cada indivíduo de pertencer à humanidade, e deveria ser garantido pela própria humanidade" (Karnal *et al.*, 2020, p. 88). Essa abordagem é fundamentada nas teorias de autores como Hannah Arendt (1906-1975) e Thomas Humphrey Marshall

(1893-1981).

No capítulo 2, "Direitos Humanos" (Karnal *et al.*, 2020, p. 26-37), o conceito de *direitos humanos* surge atrelado à ideia de tutela, ou proteção, geral e universal da humanidade. Essa concepção reconhece que os indivíduos e as coletividades, incluindo grupos étnicos, minorias, refugiados, entre outros, merecem proteção dentro e fora de seus respectivos Estados.

Os *direitos humanos* se fundamentam no princípio da "dignidade da pessoa humana", segundo o qual todo e cada ser humano deve ser respeitado em suas integridades física, psíquica, afetiva, intelectual e existencial. Soma-se às discussões a questão do "Iluminismo e os direitos humanos", a declaração dos "Direitos do Homem e do Cidadão", a ideia de "Justiça social e os direitos humanos" hoje em dia.

## 5 CUMPRE O SEU PAPEL OU É INSUFICIENTE?

Com a reforma do Ensino Médio e suas consequências, os materiais didáticos também passaram por mudanças significativas. Atualmente, é possível promover a interdisciplinaridade dos conteúdos de diferentes disciplinas dentro do mesmo livro e uma mesma discussão, considerando que foi eliminada a maneira precedente de trabalhá-las, cada uma contendo um livro didático específico e exclusivo com temas e conteúdos próprios do ensino.

No caso deste estudo, observamos os conteúdos da Ciência Política presentes em todas as disciplinas da área das CHSA (História, Geografia, Filosofia e Sociologia), o que pode dificultar ao estudante a percepção de sua singularidade. Além disso, percebemos que a adoção da interdisciplinar implicou uma redução na densidade dos conteúdos. Em outras palavras, os temas, antes aprofundados em livros separados por disciplina, tornaram-se mais amplos e gerais na obra que contempla toda uma área do conhecimento, podendo comprometer o contato do estudante com o conhecimento de forma mais concentrada e detalhada.

Na obra didática *Identidade em Ação: Ciên-*

*cias Humanas e Sociais Aplicadas* da Editora Moderna, sublinhamos que os conteúdos não são distribuídos de maneira uniforme entre os volumes. Os conteúdos da Ciência Política se destacam principalmente no volume 4, "Política e território", e no volume 6, "*Ética, cidadania e direitos humanos*".

No volume 4, estão presentes alguns temas centrais, a saber: *democracia, cidadania, Estado, política e poder, relações de poder e movimentos sociais*. O conteúdo inclui autores clássicos da política e suas obras, como Nicolau Maquiavel (*O Príncipe*), de Thomas Hobbes (*Leviatã*), John Locke (*Segundo tratado sobre o governo*), de Jean-Jacques Rousseau (*Discurso sobre a desigualdade e O contrato social*) e de Montesquieu (*O Espírito das Leis*), bem como importantes autores e obras da Sociologia, como Hegel (*Princípios da filosofia do direito*) e Karl Marx e Friedrich Engels (O manifesto comunista). As teorias de Michel Foucault também são abordadas neste volume.

No volume 6, os temas de *ética, cidadania e direitos humanos* são tratados em profundidade, contemplando seus fundamentos, desafios e tendências atuais. Nos demais volumes, conteúdos relacionados à Ciência Política aparecem de forma complementar ou integrados a outras disciplinas, principalmente à Geografia Política, funcionando como suporte para o estudo interdisciplinar.

Desse modo, ressaltamos que o cenário introduzido pelo Novo Ensino Médio apresenta potenciais objeções na abordagem da Sociologia e, logo, da Ciência Política na grade curricular, podendo prejudicar os processos de ensino e aprendizagem devido ao esvaziamento de elementos curriculares e saberes próprios, considerados indispensáveis, em função da nova configuração proposta pelo PNLD de 2021. Esse contexto se torna preocupante, uma vez que o ensino de Ciência Política promove a inserção dos jovens no debate político, "oferecendo aos estudantes uma base cognitiva sobre o conhecimento em torno da política" (Macedo; Maturano, 2020, p. 52-53).

Contudo, é preciso reconhecer que a obra

*Identidade em Ação: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* oferece relevantes e consistentes fontes de informação, referência e conhecimento, fundamentais para viabilizar o processo de ensino e aprendizagem. Os temas são tratados de forma clara e organizada, favorecendo a compreensão dos estudantes, além de apresentar uma estrutura flexível e adaptável aos diferentes currículos e realidades escolares.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De início, é relevante ressaltar e reforçar que o ensino de Ciência Política, abrangendo seus processos, conceitos, conteúdos e habilidades, evidencia sua heteronomia no contexto escolar, devendo ser compreendido como um ensino diversificado atribuído à Sociologia. Esta, com seu amplo potencial, assume a responsabilidade de articular os conteúdos da Ciência Política juntamente com seus próprios referenciais conceituais. Nesse sentido, podemos supor que reconhecer a Ciência Política sob a mediação da Sociologia sugere uma interdependência: sua separação poderia comprometer a formação dos estudantes, prejudicar a prática docente e desconsiderar a base sociológica que integra as dimensões político-sociais.

No contexto da implementação do Novo Ensino Médio, que implicou alterações na LDB e estruturou o currículo de forma mais flexível, agora em consonância com a BNCC de 2018, promovendo o desenvolvimento de competências por meio de abordagens interdisciplinares e transversais, a Sociologia busca preservar seu espaço na grade curricular desta etapa de ensino. Nessa conjuntura, espera-se que ela desempenhe um papel estratégico para proporcionar um maior engajamento dos estudantes em sua realidade social. Quanto à Ciência Política, permanece centrada no ensino orientado à formação cidadã.

Entre as competências e habilidades da BNCC relacionadas à política, observamos que o conhecimento político se apresenta como instrumento para promover a participação crítica dos estudantes no debate público, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exer-

cício da *cidadania*, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. O ensino de Ciência Política propõe, assim, que eles percebam a importância da política na vida pública, coloquem em prática o exercício da *cidadania*, discutam a natureza e as funções do Estado e o papel de diferentes sujeitos e organismos no funcionamento social, e analisem experiências políticas à luz de conceitos políticos básicos.

Para esse propósito, a obra didática *Identidade em Ação: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, da Editora Moderna, oferece fontes de informação, referência e conhecimento consistentes e pertinentes. Em todos os seus volumes, os temas são tratados de forma clara e organizada, favorecendo uma boa compreensão dos estudantes. No entanto, a configuração proposta pelo PNLD de 2021, na qual a obra se baseia, que reorganiza os livros didáticos por áreas do conhecimento em vez de por disciplinas, fomentando a interdisciplinaridade, pode ter resultado em um esvaziamento de conteúdos e, em alguns casos, dificultar a percepção pelos estudantes das especificidades de cada saber.

Ainda assim, diante das mais recentes transformações na estrutura curricular do Ensino Médio brasileiro, a forma como o ensino de Ciência Política é abordado nos materiais didáticos revela sua grande relevância na formação intelectual e social dos estudantes. Tanto a Sociologia quanto o ensino de Ciência Política continuam desempenhando um papel fundamental nas relações humanas, sendo uma ferramenta capaz de oferecer aos jovens a qualidade de análise objetiva da realidade social, seu reconhecimento como cidadão consciente e ativo, e a percepção do senso de coletividade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gilmar de. Para o "novo" Ensino Médio, uma "nova" Sociologia. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/71104/R%20-%20D%20-%20GILMAR%20DE%20ALMEIDA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 nov. 2025.

BODART, Cristiano das Neves; FEIJÓ, Fernanda. Ciências sociais no currículo do ensino médio brasileiro. Revista Espaço do Currículo, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 219-234, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51194>. Acesso em: 22 nov. 2025.

BRASIL. Lei n. 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11684.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11684.htm). Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n. 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n. 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. Medida Provisória n. 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei n. 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm). Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: [https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Orientações Curriculares Nacionais para o ensino médio: Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006. Disponível em: [https://lemad.flch.usp.br/sites/lemad.flch.usp.br/files/2017-12/mec\\_orientacoescurricularesparaensinomedio\\_cienciashumanasesuastecnologias%5B1%5D.pdf](https://lemad.flch.usp.br/sites/lemad.flch.usp.br/files/2017-12/mec_orientacoescurricularesparaensinomedio_cienciashumanasesuastecnologias%5B1%5D.pdf). Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. 1999. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/cienciah.pdf>. Acesso em:

BRASIL. Ministério da Educação. PCN+ ensino médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília, DF: MEC, 2002. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. Projeto de Lei n. 6.840/2013. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=602570>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2025.

EDITORA MODERNA. Conheça a Moderna. [S. l.], [2024?]. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/institucional/conheca-a-moderna>. Acesso em: 24 nov. 2025.

EDITORA MODERNA. Entenda as competências da BNCC para ciências humanas e sociais aplicadas. [S. l.], [202-]. Disponível em: <https://pnld.moderna.com.br/modernaexplica-em/entenda-as-competencias-da-bncc-para-ciencias-humanas-e-sociis-aplicadas>. Acesso em: 27 set. 2023.

KARNAL, Leandro; COSTA, Cristina; MARTINI, Alice de; FREITAS, Eliano; VIEIRA, Felipe de Paula Góis; BACKX, Isabela; FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira; ABREU, Marcelo; GAUDIO, Rogata Soares del. Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas. São Paulo: Moderna, 2020.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marti. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. Em Aberto, Brasília, DF, v. 5, n. 31, p. 43-48, 1986. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/1971/1710>. Acesso em: 7 jan. 2025.

MACEDO, Joana da Costa; MATURANO, Roberson Gonçalves. O ensino de ciência política na educação básica e a educação política como pedagogia para a cultura democrática. Latitude, Maceió, v. 14, n. 1, p. 50-72, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/10644>. Acesso em: 22 nov. 2025.

MACIEL, Caroline Stéphanie Francis dos Santos. Uma avaliação da Lei n. 13.415/2017 a partir da legística e das metas do PNE. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84925, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/Z7y68JYr5ZBBHWf8Gh8sWYK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PNLD. Brasília, DF: Ministério da Educação, [201-]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 24 nov. 2025.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória n. 746/2016 (Lei n. 13.415/2017). Educação & Sociedade, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8hBktMRjCgmBJYjPwbNDktk/?lang=pt#>. Acesso em: 22 nov. 2025.

PEREIRA, Luiza Helena. Qual o papel das ciências sociais hoje? Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 109-120, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/162/103>. Acesso em: 22 nov. 2025.

SANTOS, André Rocha. Os conhecimentos de ciência política no ensino médio: considerações acerca dos documentos oficiais. Revista Café com Sociologia, Maceió, v. 5, n. 3, p. 43-55, ago./dez. 2016. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/609>. Acesso em: 22 nov. 2025.

---

### Carla Rocha Vandanezi Alvim

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestra em Educação pelo mesmo programa e licenciada em Ciências Sociais pela UFJF. Integra o Grupo de Pesquisa, Extensão e Ensino de Sociologia (GRUPEES-UFJF).

---

### Rafaela Reis Azevedo de Oliveira

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atua como docente da área de Ensino de Sociologia do Departamento de Educação da UFJF, integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFJF) e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (CAEd/UFJF). Coordenadora da Licenciatura em Pedagogia à Distância UAB/FACEd/UFJF, líder do Grupo de Pesquisa, Extensão e Ensino de Sociologia (GRUPEES), vice-presidenta e coordenadora da Unidade Regional da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS).

---

### Endereço para correspondência

Universidade Federal de Juiz de Fora  
Faculdade de Educação  
Rua José Lourenço Kelmer, s/n  
São Pedro, 36036-330  
Juiz de Fora, MG, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.*